ROSA LUXEMBURGO E O MOVIMENTO SECUNDARISTA: O APRENDIZADO PELA AÇÃO PARA UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Ana Maria Stabelini¹

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil, anams@unicamp.br)

Sandra Aparecida Riscal²

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, Brasil, riscal@uol.com.br)

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise dos conceitos de autogestão e democracia na obra de Rosa Luxemburgo, com a finalidade de examinar as possibilidades de sua articulação com processos de resistência e de movimentos autogestionários de escolas públicas, redimensionando a concepção de gestão democrática para além dos imperativos institucionais.

Rosa Luxemburgo elaborou uma complexa teoria, amparada conceitualmente no materialismo histórico-dialético, sobre a democracia e a autogestão, cujo ponto de partida é a *práxis* política dos conselhos operários. Trata-se de uma teoria da ação revolucionária, que se propõe a refletir sobre os conselhos de operários como elementos essenciais da formação da consciência revolucionária.

Com base nas fundamentações oferecidas pela produção teórica de Rosa Luxemburgo, examinaremos o caráter democrático e auto gestionário da experiência do movimento de ocupações das escolas públicas por secundaristas de São Paulo em 2015.

Pretende-se, especificamente, analisar a concepção de *práxis* educativa como um dos fundamentos dos conselhos autogestionários na obra de Luxemburgo, de forma a explicitar e compreender em que medida, a análise da concepção de gestão, por meio de conselhos participativos, pode contribuir para a elevação da consciência política na constituição de uma esfera educativa realmente pública.

Tragtenberg (1985) concebia os processos de democratização das escolas a possibilidade de emancipação, pois é a democratização da escola que torna a democratização da sociedade possível. O estudo de Rosa Luxemburgo é fundamental para

1

¹ Pós Doutorado em curso na Universidade Federal de São Carlos (DED/UFSCar) e Professora Eventual do Departamento de Políticas, Administração e Sistemas de Ensino (DEPASE/UNICAMP)

² Professora do Departamento de Educação (DED/UFSCar)

pensarmos tais processos no interior das instituições escolares. Sua teoria propicia a compreensão da importância da luta pela democracia como forma de emancipação.

Rosa Luxemburgo: democracia, autogestão e filosofia da práxis

Na obra de Rosa Luxemburgo, a concepção de democracia adquire um sentido particular, diferenciando-se da democracia liberal e se aproximando das perspectivas de autogestão, por ser este um elemento que possibilita pensar o socialismo como um sistema que, ao mesmo tempo, elimine a sociedade de classes e a exploração burguesa (ROTOLO, 2006). Rosa Luxemburgo entendia a revolução como um processo de construção de uma forma completamente nova de se relacionar com o mundo público, por esse motivo não poderiam existir modelos prévios.

A concepção política de Luxemburgo mostra, acima de tudo, que a separação entre o mundo político e o mundo do trabalho é artificial. Trata-se de um processo de autonomização, que não se encontra em apenas um aspecto ou um só domínio, porque toda a vida do trabalhador é assujeitada ao capitalismo. Todos os domínios da vida estão entrelaçados e por isso é necessário interconectar as lutas que devem se desenvolver não apenas no sindicato e no Parlamento, também nas ruas, na mídia, nas escolas (HAUG, 2016).

Löwy (2015) estabelece uma relação entre a *filosofia da práxis* em Marx e em Rosa Luxemburgo e o campo educacional. Afirma que, na *filosofia da práxis*, a mudança das circunstâncias, da atividade do ser humano ou a mudança de si mesmo, apenas pode ser compreendida como prática revolucionária. Rosa Luxemburgo interpreta a *filosofia da práxis* de maneira original e criativa, constituindo-a no fio condutor de sua obra e de sua ação como revolucionária.

Rosa Luxemburgo acreditava que a classe trabalhadora aprende com as suas diversas experiências, que podem ser incorporadas em uma pluralidade de atividades participativas, como conselhos populares, sindicatos, vários tipos de associações, protestos e resistência. Para ela, não existe uma forma única de organização, porque a luta de classes, no seu desenvolvimento, implica uma modificação perpétua de formas de organização. Luxemburgo defende a participação da classe trabalhadora em todos os setores da vida política, contrapondo-se àqueles que defendiam que não seria possível a emancipação da classe operária no âmbito das instituições burguesas.

A ocupação das escolas como práxis política

O movimento de ocupação de 2015, em seu auge contou com aproximadamente 200 escolas ocupadas em todo o estado de São Paulo. Para a articulação e organização das ocupações, os secundaristas criaram um comando das escolas ocupadas, composto por membros de várias escolas com o propósito de constituir um espaço de articulação independente e horizontal, aberto a todas as ocupações. A criação do comando das escolas ocupadas também foi motivada pela necessidade de unificação para que o movimento pudesse se apresentar publicamente.

A ocupação das escolas pode ser compreendida como uma experiência de autogestão, democracia e *práxis* política, nos moldes pensados por Rosa Luxemburgo, na medida em que, os relatos produzidos no momento da experiência das ocupações e as reflexões posteriores permitem que consideremos que todos esses três elementos se encontravam presentes na ação dos estudantes durante as ocupações.

A autogestão estava presente não apenas na tomada de decisões, mas, também, na organização do trabalho coletivo. Comissões foram criadas para cuidar de diversos setores: comida, limpeza, segurança, imprensa, informação e relações externas, como indicava o manual divulgado pelo "O Mal-Educado", mas também criavam outras comissões de acordo com suas necessidades como, por exemplo, as comissões de organização e recreação.

O movimento dos estudantes demonstrou uma compreensão plena da concepção de espaço público, não apenas por meio do processo de gestão coletiva dos equipamentos escolares, mas, essencialmente, pela concepção política de que a escola é pública e que, portanto, deve atender aos interesses de quem nela realiza as suas atividades.

A *práxis* política constituiu, em uma perspectiva ontológica, importante elemento da atividade formativa contínua durante as ocupações. Nos relatos de diversos estudantes, o aprendizado no dia a dia das ocupações, uns com os outros, contribuiu para a aceitação de opiniões e diferenças. Além disso, a *práxis* produzida possibilitou a conscientização da lógica da produção capitalista que orienta o processo de escolarização e do descaso com sua formação, possibilitando a reflexão contínua sobre a estrutura de poder do Estado e, em particular, do mal funcionamento da Secretaria de Educação.

Considerações Finais

Os conceitos abordados encontram-se articulados de forma muito pertinente na obra de Luxemburgo e permitiram a compreensão do sucesso da tática empreendida, mesmo que pontualmente, pelos estudantes secundaristas em 2015. A análise empreendida permitiu constatar a presença da *práxis* educativa e de processos de autogestão democráticos nestes movimentos. É válido lembrar também que o movimento secundarista de 2015 contou com duas grandes influências: as jornadas de junho de 2013 e o movimento secundarista chileno de 2011.

O movimento de ocupação das escolas permitiu que constatássemos o potencial, concebido por Luxemburgo, das lutas sociais como momentos de aprendizagem por meio da *práxis* política. Além disso, permitiu que vislumbrássemos novos caminhos para o processo de gestão democrática das escolas.

De acordo com Rosa Luxemburgo são em momentos de embate com o poder vigente que ocorre o entrelaçamento entre teoria e prática. E foi, precisamente, na luta pela derrubada de medidas autoritárias que se forjaram as bases para uma atuação que favorecesse os estudantes. O aprendizado proporcionado por esses momentos poderá favorecer os desdobramentos dos embates dos movimentos sociais.

Referências

CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. Escolas de Luta. São Paulo: Veneta, 2016. HAUG, F. Sur les traces de Rosa Luxemburg, pour une démocratie par le bas. Agone, Révolution et Démocratie – Actualité de Rosa Luxemburg, Marseille, n. 59, p. 137-143, fev. 2016. HOBSBAWM, E. História do Marxismo, volume 2 – O marxismo na época da Segunda Internacional, parte 01.R.J.: Paz e Terra, 1982 LÖWY. M. O pensamento de Rosa Luxemburgo. Blog da boitempo: 2015. Disponivel em: https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/michael-lowy-o- pensamento-de-rosa-luxem burgo-2. Acesso em: 2017 Julho 10. . A atualidade de Rosa Luxemburgo. [S.1.]: UFMG, 2012. Disponivel em: http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/economia/seminario/2012/ECN_30_05.pdf. . Acesso em: 2014 Julho 29. _. A centelha se acende na ação: a autoeducação dos trabalhadores no pensamento de Rosa Luxemburgo. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 27-38, janeiro/junho 2014. ISSN ISSN 0102-6801. LUXEMBURGO, R. Reforma Revisionismo e Oportunismo. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. _. **Reforma social ou revolução**. Tradução de Stefan Klein (Alemão). [S.l.]: Unesp, v. I, 2011b. MUHLMANN, D. Réconcilier marxisme et démocratie. [S.l.]: Seuil, 2010. . Du contenú de la démocratie socialiste. Agone, Marseille, 2016.

ROTOLO, T. **O socialismo democrático segundo Rosa Luxemburgo**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Orientadora: Profa. Dra. Olga Chain Ferez Matos.

TRAGTENBERG, M. **Relações de poder na escola.** Lua Nova, São Paulo, 1, Março 1985. 68-72. Disponivel em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000100021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2019 maio 02.